EDITORIAL / *EDITORIAL*

A "poluição" científica, na área médica, em Portugal



/ Prof. Doutor Saraiva da Cunha
Editor da Revista Portuguesa de Doenças Infecciosas

Esta minha curta reflexão tem por pano de fundo a realização do X Congresso Nacional de Doenças Infecciosas e Microbiologia Clínica e do VIII Congresso Nacional sobre SIDA, organização conjunta da Sociedade Portuguesa de Doenças Infecciosas e Microbiologia Clínica (SPDIMC) e da Associação Portuguesa para o Estudo Clínico da SIDA (APECS). Acontecimento raro, em Portugal, conseguir o entendimento de duas sociedades científicas para organizarem, com regularidade e conjuntamente, um evento científico. Felicito os Presidentes de ambas as organizações, o Prof. Dr. Kamal Mansinho e o Prof. Doutor Rui Sarmento e Castro, bem como todos os membros das respectivas direcções, pela lucidez e visão estratégica que demonstraram ao conseguir este acordo.

Este paradigma parece-me ser um caminho sem retorno. A comunidade científica nacional no campo das ciências médicas (e da biomedicina) não tem dimensão nem produção para justificar a multiplicidade de reuniões científicas anuais a que todos assistimos. Nem sequer o avanço do conhecimento nas diferentes áreas é uma razão suficiente para multiplicarmos, até à exaustão, o número de congressos, reuniões e jornadas com que somos permanentemente assediados.

Os financiadores de toda esta "agitação científica", leia-se a indústria farmacêutica, pois desde sempre os organismos oficiais do Ministério da Saúde se demitiram da responsabilidade da pós-graduação em Portugal, também não estão isentos de culpas, pois voluntária ou involuntariamente têm suportado esta cavalgada de reuniões, sem que tenham tido o cuidado de definir, de forma clara e inequívoca, requisitos rigorosos para condicionar o patrocínio destas realizações. Se, por meu desconhecimento, o fizeram, não conseguiram que fossem cumpridos.

Outra razão para este cenário advém da proliferação de Sociedades Científicas, muitas delas apenas justificadas pelo voluntarismo da sua "comissão instaladora", que espartilham o conhecimento científico em parcelas minúsculas e multiplicadas até ao infinito, como se fosse possível que alguém contribua para o progresso da ciência sem se submeter ao espírito crítico de outras vozes e de outras visões do saber. Estas "comissões instaladoras" perpetuam-se no controlo dos órgãos sociais das respectivas sociedades, alternando funções em todos eles, não por especial mérito ou vocação, mas tão simplesmente porque os restantes sócios destas sociedades se alheiam totalmente da sua vivência e das respectivas actividades (confira-se o número de presenças nas respectivas assembleias-gerais). No domínio das Doenças Infecciosas isto é bem notório, pois para além da SPDIMC estão activas em Portugal organizações no campo da infecção VIH/SIDA (várias), das doenças infecciosas pediátricas, das doenças víricas, das hepatites, das doenças parasitárias, das doenças tropicais e da hidatidose, para citar apenas as que conheço. Outras porventura existirão.

A maioria (todas!) destas organizações, para sobreviver financeiramente, tem de atestar periodicamente que está "viva". Nada melhor, sendo mesmo o "atestado" mais fácil de obter, que organizar a respectiva "reunião científica", com a conivência da indústria farmacêutica em toda esta farsa. Desfecho de tudo isto: inúmeros congressistas inscritos

(pela indústria farmacêutica), salas de reuniões onde decorrem as sessões escandalosamente despidas de participantes, translação para território nacional dos avanços científicos (muitos deles de duvidosa utilidade) que alguns privilegiados obtêm pela presença em Congressos Internacionais, e que muitos dos presentes já conheciam pela presença nos mesmos Congressos ou pela leitura da bibliografia disponível.

Acresce a tudo isto que praticamente todas as Unidades e Serviços de Doenças Infecciosas dos hospitais públicos, descapitalizados pela tutela e sem disponibilidades financeiras para investir na pós-graduação e na melhoria de instalações e equipamentos, recorre ao estratagema de organizar periodicamente a "sua" reunião científica, com o intuito de conseguir ultrapassar alguns destes constrangimentos.

Este modelo, que vigora ainda hoje em Portugal, está esgotado. Dois factos vão contribuir para a sua liquidação: os constrangimentos financeiros das empresas da indústria farmacêutica (estas em número cada vez mais reduzido em consequência do ciclo de contracção e de concentração a que se assiste no sector) e a facilidade de acesso ao conhecimento científico, em resultado da banalização das novas tecnologias de informação e comunicação.

Exige-se pois a construção de um modelo alternativo ao actual, que vai necessitar de dois contributos fundamentais. Por um lado, as diversas sociedades científicas devem fazer um esforço de convergência para que o conhecimento não fique fragmentado e desconexo, mas também a indústria farmacêutica deve contribuir para "facilitar" todo este processo, aplicando critérios rigorosos de financiamento das reuniões científicas.

Tal como a poluição, a proliferação de (pseudo)reuniões científicas é uma marca do presente que importa combater para que não se torne insuportável (sobre)viver no mundo das ciências médicas em Portugal.